

Cardoso critica Carta e ameaça de novo IAA

Aldori Silva 12.8.88

Piracicaba (SP) — O ministro Roberto Cardoso Alves, da Indústria e do Comércio, condenou ontem o texto da Constituição que será promulgado amanhã em Brasília. "A nova Carta não é exatamente adequada aos interesses econômicos do País", disparou o ministro após visitar o Centro de Tecnologia da Copersucar, em Piracicaba, no interior do Estado de São Paulo. Cardoso Alves admitiu, também, que o desempenho do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) "deixa muito a desejar".

Para o ministro, que é um defensor ardoroso da redução da intervenção do Estado na economia e da desregulamentação do setor industrial, "o IAA está muito esvaziado" porque sofre a interferência direta dos ministérios da Fazenda e das Minas e Energia, além da Petrobrás. "Ou o Instituto será melhorado e modernizado, ou será extinto", garantiu Cardoso Alves.

Critérios

O ministro não definiu quais os critérios que serão adotados para a privatização das exportações de açúcar, mas garantiu que eles serão claros e transparentes. Ele prometeu tratar de maneira diferenciada os produtores que estão em dia com o IAA e os que acumulam débitos para o Instituto. "Ainda vou estudar esse assunto, mas posso afirmar que defendo a privatização sempre", explicou.

Durante a reunião que manteve a portas fechadas na manhã de ontem com a diretora da Cooperativa dos Produtores de Cana, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo e o presidente do IAA, Araripe Serpa, Cardoso Alves recebeu as seguintes reivindicações: reestruturação



Cardoso admite o fim do IAA

e modernização do IAA, reformulação da política de preços pagos aos produtores de álcool, a privatização das exportações de açúcar e trabalhar com intermédio entre os produtores e a Petrobrás, que vem atrasando a compra de álcool junto aos produtores como resultado do déficit da conta-álcool, que segundo a própria Petrobrás, chega a Cz\$ 12 bilhões.

"Quando falam nos pais do cruzado sinto é um choque elétrico", brincou Cardoso Alves sobre a proposta de mudanças na economia propostas pelo economista Francisco Lopes, que ajudou a elaborar o Plano Cruzado, e pelo deputado federal Osmundo Rebouças (PMDB-CE), que prevê a substituição gradual do cruzado pelo real, desindustrializando a economia.